



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº DO PROCESSO ELETRÔNICO: 18100.000068/2025- SMEL

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamento e implementos destinados à manutenção de gramados, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Esporte e lazer do Município de Touros/RN; nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE: 01;			
DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R\$)
LOTE – 01 – Item: 01 - Trator cortador de grama auto propelido, tipo dirigível características mínimas, Motor a gasolina, 4 tempos, monocilíndrico, potência mínima de 17 HP, com refrigeração a ar e partida elétrica, Cilindrada mínima de 450 cc, Transmissão manual com no mínimo 7 velocidades (6 marchas à frente e 1 ré), Sistema de corte com largura mínima de 42 polegadas (106 cm), Ajuste de altura de corte com no mínimo 13 posições, Sistema de descarga lateral com possibilidade de acoplamento de recolhedor de grama, Capacidade mínima do tanque de combustível: 5,7 litros, Rodado com pneus dianteiros e traseiros compatíveis para tração em gramados, Sistema de segurança com sensor de presença no assento, Freio de estacionamento, Volante ergonômico e assento com ajuste, Proteção contra projeção de objetos, Peso aproximado: 180 kg. Referência: (Toyama Cortador de Grama Dirigível – TLT42-17M) ou similar.	UND	1	R\$ 39.086,17.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

LOTE – 01 – Item: 02 - Conjunto recolhedor de grama compatível com tratores cortadores de grama dirigíveis equipados com plataforma de corte (deck) de 42 polegadas, destinado à coleta eficiente dos resíduos gerados durante o corte de gramados, Capacidade total de recolhimento: mínimo de 230 litros, composto por estrutura metálica de suporte, dutos de condução de grama e compartimentos de armazenamento em material resistente, Compatível com tratores cortadores de grama dirigíveis com deck lateral de 42 polegadas, Sistema de acoplamento rápido e seguro, com fixação por engates ou suportes metálicos, Tubulação de condução da grama com curvatura otimizada para evitar entupimentos, Compartimentos de coleta em material plástico de alta densidade, com tampa articulada e alças para esvaziamento, Pintura anticorrosiva nas partes metálicas, Manual de instalação e operação em português. Referência: (Kit Recolhedor para Trator Deck 42? TGCKit-TLT42 compatível com o trator cortador de Grama Dirigível – TLT42-17M da Toyama) ou similar	UND	1	R\$ 7.720,42.
Valor estimado do LOTE R\$ 46.806,59 (quarenta e seis mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e nove centavos);			

Observação: os itens desse lote deverão ser do mesmo modelo e fabricante, pois estão interligados.

DESCRIÇÃO	UND;	QTD;
Item: 03 - Cortador de Grama a Gasolina, Autopropelido, de Uso Profissional, Especificações Motor: 4 tempos, monocilíndrico, refrigerado a ar, com potência mínima de 7,5 HP e cilindrada mínima de 224 cc, Sistema de Partida: Manual retrátil, com bulbo injetor de combustível, Combustível: Gasolina comum, com capacidade mínima do tanque de 1,2 litros, Tração: Autopropelida (tracionada) por meio de um sistema de tração nas rodas, para facilitar a operação em terrenos irregulares ou com inclinação, Largura de Corte: Mínima de 560 mm (22 polegadas), Ajuste de Altura de Corte: Mínimo de 7 posições de regulagem, com alavanca de ajuste central para maior conveniência, Função 4 em 1: Capacidade de operação com quatro funções principais para descarte da grama, Coletor: Bolsa recolhedor de capacidade mínima de 60 litros, Saída Lateral: Descarte direto da grama pela lateral do equipamento, Saída Traseira: Descarte da grama pela parte traseira, Reciclador (Mulching): Lâmina com capacidade de triturar a grama em pedaços pequenos, devolvendo-os ao gramado como adubo orgânico, Estrutura: Chassi de alta resistência em aço, com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática, Rodas: Rodas com rolamentos, de tamanhos	UND	2



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

diferenciados (ex: rodas dianteiras de 8" e traseiras de 10") para melhor manobrabilidade em terrenos irregulares, Sistema de Limpeza: Bico para engate de mangueira, que permite a lavagem rápida e eficiente do deck de corte após o uso, Ergonomia: Guidão dobrável para otimizar o transporte e armazenamento, além de contar com acabamento ergonômico. Referência: (Toyama, modelo TLM560TRMS 75XP) ou similar.		
Item: 04 - Carrinho para demarcar gramados e pistas com tinta (rolo): Carrinho marcador de linhas para demarcação de campos esportivos com gramado natural, destinado à aplicação de tinta líquida para marcação de faixas conforme padrões oficiais, Capacidade de tinta: mínimo de 20 litros, Sistema de marcação: por rolo aplicador em contato direto com o gramado, Largura de faixa de marcação: regulável entre 5 cm e 12 cm, Estrutura: fabricada em aço com pintura anticorrosiva ou plastificada, Reservatório de tinta: em polietileno de alta densidade, com tampa e sistema de vedação, Rodagem: rodas pneumáticas com câmara e rolamento, diâmetro mínimo de 30 cm, Guiador: com empunhadura ergonômica e regulagem de altura, Sistema de regulagem: controle de fluxo de tinta e pressão do rolo aplicador, Peso aproximado: 30 kg Indicação de uso: gramados naturais em campos de futebol, o Produto deve vir acompanhado de um manual de instruções em português, Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Referência (Carrinho para demarcar gramados e pistas com tinta (rolo) Pista e Campo Modelo: PC-CD100-12CM) ou similar.	UND	1
Item: 05 - Roçadeira Lateral a combustão, Tipo Profissional. Especificações técnicas, Motor: 2 tempos, Cilindrada mínima: 37,7 cm ³ , Potência mínima: 2,3 CV / 1,7 kW, Combustível: Gasolina, Partida: Manual autorretrátil, Embreagem: Centrífuga, Sistema de corte: Adequado para trabalhar com fio de náilon e lâmina de 3 pontas, para corte de grama e vegetação densa, Cinto: Duplo de sustentação com alças acolchoadas, para maior conforto e ergonomia, Guidão: Em formato bicicleta, para controle preciso e menos esforço em longas jornadas de trabalho, Características adicionais: Projetada para serviços pesados e uso profissional contínuo, oferecendo alta durabilidade e desempenho, Adequada para limpeza de áreas grandes, corte de mato alto e vegetação rasteira, Sistema antivibração, Partida suave, reduzindo o esforço do operador, Filtro de ar de fácil acesso, para manutenção simplificada, Equipamento ergonômico, reduzindo a fadiga do operador. Referência: (Roçadeira a combustão FS 221- Stihl) ou similar.	UND	2
Roçadeira agrícola hidráulica, para acoplamento em tratores agrícolas. • Tipo de Implemento: Roçadeira agrícola de arrasto ou acoplada ao sistema de 3 pontos do trator, com capacidade de operação em posição central e lateral. Largura de Corte: Mínimo de 1.700 mm (1,70 metros). Altura de Corte: Regulável, com faixa de ajuste entre 40 mm a 400 mm (ou especificação da faixa desejada, ex: 50 mm a 400 mm). Acionamento: Através da tomada de força (TDF) do trator, padrão 540 rpm. Sistema de Transmissão: Por caixa multiplicadora lubrificada em banho de óleo, com engrenagens de dentes helicoidais e sistema de giro livre. Mecanismo de Corte: Deverá possuir no mínimo 02 (duas) facas (navalhas)	UND	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

<p>em aço especial, tratadas termicamente.</p> <p>Regulagem de Profundidade: Com roda reguladora de profundidade ou sapatas laterais com chapas substituíveis, permitindo o nivelamento e controle da altura de corte.</p> <p>Estrutura: Chassi reforçado em chapa de aço carbono, tipo caixa, garantindo robustez e durabilidade.</p> <p>Sistema Hidráulico: Circuito hidráulico independente (ou conforme a necessidade, se for utilizar o hidráulico do trator), permitindo o posicionamento e a articulação lateral do implemento.</p> <p>Potência Requerida do Trator: Compatível com tratores de potência a partir de 73 cv.</p> <p>Itens Inclusos: Deverá acompanhar cardan para acoplamento ao trator e manual de instruções.</p> <p>Referência: (Roçadeira Hidráulica Central e Lateral RP / RPU Baldan Séries 1700) ou Similar.</p>		
---	--	--

1.2. CLASSIFICACAO DO OBJETO

1.2.1. O(s) objeto(s) desta contratação é caracterizado como comum, por envolver padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente descritos por meio de especificações usuais no mercado.

1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de serviço de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. PRAZO DE VIGÊNCIA

1.3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Encontra-se pormenorizado em tópico específico no ETP (estudo técnico preliminar)

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A contratação contemplará o fornecimento de **tratores cortadores de grama, recolhedores de resíduos, cortadores autopropelidos, roçadeiras laterais e carrinhos demarcadores de campo**, todos novos, de primeiro uso e de alta durabilidade, conforme especificações técnicas estabelecidas no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

A aquisição desses equipamentos permitirá que a própria Secretaria execute diretamente as atividades de corte, limpeza e demarcação de gramados, garantindo **autonomia operacional, padronização dos serviços e redução de custos recorrentes** com



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

terceirização. Além disso, a solução propicia **gestão eficiente dos recursos públicos**, mediante o investimento em bens permanentes de uso duradouro, devidamente incorporados ao patrimônio municipal.

Funcionamento da Solução

Os equipamentos adquiridos serão utilizados por servidores da Secretaria, que realizarão o manejo e a manutenção dos gramados conforme cronograma interno de conservação. A operação abrangerá as seguintes etapas:

- **Corte periódico da grama**, com regulagem de altura conforme a necessidade de cada campo;
- **Recolhimento e destinação adequada dos resíduos vegetais**, preservando a limpeza e o aspecto visual dos espaços esportivos;
- **Demarcação das linhas de campo**, garantindo o cumprimento das normas esportivas e a boa visibilidade durante competições e treinos.

Essa dinâmica operacional permitirá à Secretaria assegurar a **disponibilidade permanente e em boas condições de uso** das instalações esportivas municipais, reforçando o papel social da política pública de esporte e lazer.

b) Exigências de Manutenção

Para assegurar o desempenho e a durabilidade dos equipamentos, a solução prevê:

- **Manutenção preventiva periódica**, conforme recomendação do fabricante, incluindo verificação de níveis de óleo, afiação de lâminas, calibragem de pneus e limpeza de filtros;
- **Manutenção corretiva**, sempre que identificados defeitos de funcionamento durante o período de garantia, com substituição de peças originais;
- **Controle de uso e registro de manutenção**, por meio de fichas ou relatórios internos, de modo a garantir rastreabilidade e planejamento de reposição de componentes;
- **Armazenamento adequado**, em local coberto e protegido, evitando deterioração por intempéries.

c) Exigências de Assistência Técnica

A empresa contratada deverá comprovar, por meio de **declaração do fabricante ou credenciamento oficial**, a existência de **rede de assistência técnica autorizada e qualificada no Estado do Rio Grande do Norte**, apta a prestar suporte durante e após o período de garantia. Deverá ser assegurada:

- **Disponibilidade de atendimento técnico** para manutenção preventiva e corretiva dentro do prazo máximo estabelecido em contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

- **Fornecimento de peças e componentes originais**, com garantia de reposição por período mínimo de 12 (doze) meses após o término da garantia contratual;
- **Atendimento in loco**, quando necessário, para diagnóstico ou reparo dos equipamentos que não possam ser deslocados sem risco de dano;
- **Treinamento inicial aos servidores** responsáveis pela operação dos equipamentos, abordando uso seguro, manutenção básica e boas práticas de conservação.

4. REQUISITO DA CONTRATAÇÃO

a) Requisitos Técnicos

- **Especificações dos equipamentos:** os itens a serem adquiridos deverão atender às características técnicas mínimas descritas no Documento de Formalização da Demanda (DFD), incluindo potência, capacidade operacional, dimensões, sistemas de segurança e demais parâmetros necessários à execução eficiente dos serviços de corte, recolhimento e demarcação de gramados.
- **Qualidade e durabilidade:** os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, fabricados com materiais resistentes e com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.
- **Compatibilidade e funcionalidade:** todos os implementos deverão ser compatíveis entre si e adequados ao tipo de gramado e às dimensões das áreas esportivas municipais, notadamente o Estádio Manoel Ataliba Rosa “Esquinhão”.
- **Assistência técnica:** a empresa fornecedora deverá comprovar a existência de **rede de assistência técnica autorizada** e capacitada no Estado do Rio Grande do Norte, garantindo suporte para manutenções preventivas e corretivas.
- **Segurança operacional:** os equipamentos deverão possuir sistemas de proteção contra acidentes e dispositivos de desligamento automático, conforme normas de segurança aplicáveis.
- **Documentação técnica:** todos os itens deverão ser entregues com **manual de instruções em português**, contendo orientações de operação, manutenção e segurança.

b) Requisitos Operacionais

- **Treinamento de operadores:** deverá ser previsto o treinamento dos servidores designados para o manuseio dos equipamentos, visando garantir o uso correto e seguro dos bens adquiridos.
- **Entrega e instalação:** os produtos deverão ser entregues **montados e prontos para uso**, no **prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do envio da ordem de compra**, no endereço da Rua Adriana Dantas Ribeiro N 04, centro, Touros/RN,



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

CEP: 59584000 (ponto de referência: final da rua do Hospital Municipal Ministro Paulo de Almeida Machado).

- **Condições de garantia e manutenção:** a empresa contratada deverá prestar assistência durante o período de garantia, incluindo substituição de peças e serviços de reparo, sem custos adicionais para a Administração.
- licitante deve comprovar, através de declaração da fábrica ou de credenciamento oficial, a existência de rede de assistência técnica autorizada, qualificada e devidamente capacitada para prestar serviços de garantia, manutenção preventiva e corretiva dentro do estado do Rio Grande do Norte.

c) Requisitos Administrativos

- **Regularidade fiscal e trabalhista:** a contratada deverá comprovar, no momento da assinatura do contrato, o atendimento às exigências legais de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista.
- **Entrega e aceitação:** o recebimento dos bens será condicionado à verificação do atendimento integral às especificações técnicas e à emissão de termo de recebimento definitivo.
- **Critério de julgamento:** a licitação deverá adotar o **menor preço por item**, garantindo competitividade e observância ao princípio da economicidade.
- **Controle patrimonial:** os equipamentos deverão ser incorporados ao patrimônio municipal, devidamente registrados e identificados conforme as normas internas de gestão patrimonial.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega dos itens

- A entrega dos itens deverá ser no prazo de 10 dias úteis após o envio da ordem de compra, em remessa única.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Local e horário da entrega:

- Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Adriana Dantas Ribeiro N 04, centro, Touros/RN, CEP: 59584000 (ponto de referência: final da rua do Hospital Municipal Ministro Paulo de Almeida Machado)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. Caso haja qualquer incompatibilidade, conflito de interesses ou restrição ao gestor ou ao fiscal para o correto desempenho de suas funções, deve informar de imediato à autoridade nomeante.
- 6.4. Protocolo de comunicação: as comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, devendo-se preferencialmente adotar-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail) para esse fim.
- 6.5. Reunião inicial: após a assinatura do contrato e antes da emissão da ordem de serviço/ fornecimento, o Gestor do Contrato, acompanhado pelo Fiscal, poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, protocolo de comunicação entre as partes, dos mecanismos de fiscalização, os prazos, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Gestor do Contrato, auxiliado pelo Fiscal.

FISCAL TÉCNICO

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato sob o aspecto operacional, cuidando para que sejam cumpridas todas as obrigações e condições estabelecidas no contrato:
 - 6.7.1. O fiscal do contrato verificará o cumprimento da obrigação sob o aspecto qualitativo e quantitativo, formalizando o recebimento provisório e submetendo ao Gestor para ratificação;
 - 6.7.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de fiscalização do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - 6.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá Notificação para a correção da execução do contrato, determinando prazo para o integral cumprimento das obrigações;
 - 6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

- 6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o Fiscal Contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do Contrato;
- 6.7.6. O fiscal do contrato acompanhará o saldo do contrato ou da ata de registro de preços, conforme o caso;
- 6.7.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

GESTOR DO CONTRATO

- 6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.10. **O gestor do contrato:**
 - a) realizará o recebimento definitivo, por meio de Termo de Recebimento Definitivo, enviando a documentação pertinente ao setor contábil para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;
 - b) acompanhará e verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho, liquidação e pagamento da despesa, inclusive as glosas;
 - c) indicará glosas e retenções devidas;
 - d) acompanhará as garantias contratuais, se houver;
 - e) acompanhará a formalização termos aditivos, apostilamentos, pedidos de distrato e demais incidentes contratuais, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, realizando a instrução inicial para posterior remessa à autoridade superior;
 - f) apresentará à autoridade competente representação para abertura de processo responsabilização do contratado para fins de aplicação de sanções e/ou rescisão;
 - g) ao final da vigência do contrato, elaborar Relatório Final com informações sobre o atingimento dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento da solução e do modelo de seleção do fornecedor



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

- 7.1. O Recebimento Provisório dos bens ocorrerá de forma sumária, no ato da entrega pelo servidor designado como Fiscal do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
 - 7.1.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo indicado pelo Fiscal, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis
- 7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.7. A nota fiscal deverá ser enviada via e-mail no seguinte endereço eletrônico: pmt.financeiro.rn@gmail.com
- 7.8. Recebida a Nota Fiscal com o Termo de Recebimento Definitivo, correrá o prazo de 5 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.9. Para fins de liquidação, o Setor Contábil deverá verificar se a nota fiscal expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 7.9.1. o prazo de validade;
 - 7.9.2. a data da emissão;
 - 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.9.5. o valor a pagar;
 - 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

- 7.11. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à regularidade fiscal, social, trabalhista e previdenciária.
- 7.12. Constatando-se qualquer irregularidade na situação do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Setor Contábil deverá comunicar ao Gestor do Contrato quanto à inadimplência do Contratado.
- 7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

- 7.16. O pagamento será efetuado no prazo de **até 20 dias uteis obedecendo ordem cronológica de pagamento, contados da emissão da Nota de Liquidação.**
- 7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.18. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado na própria nota fiscal.
- 7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da LC n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

A forma de seleção do fornecedor mais adequada para a presente contratação é a **licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica**, com critério de julgamento pelo **menor preço por item**, por se tratar de **aquisição de bens comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, conforme dispõe o art. 6º, inciso XLIII, e o art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

Regime de Execução

O regime de execução do objeto será por preço unitário

9. HABILITAÇÃO JURÍDICA

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI : inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Ato de autorização para o exercício da atividade expedido pelo órgão competente, caso se trate de atividade regulada



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 10.1. Cartão do CNPJ/CPF:** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.2. Fazenda Nacional:** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.2.1. CRF:** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.3. Regularidade trabalhista:** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.4. Cadastro de Contribuintes:** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (caso o objeto seja fornecimento) ou municipal (caso o objeto seja serviço) relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.5. Fazenda Pública:** Prova de regularidade com a Fazenda estadual (caso o objeto seja fornecimento) ou municipal (caso o objeto seja serviço) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.5.1.1.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.6. ME/ EPP:** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.0.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

1.0.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.0.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

1.0.2. BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, dos dois últimos anos exigíveis, juntando-se cópia dos termos de abertura e encerramento do referido livro, apresentados na forma da lei, conjunto completo, especialmente as disposições do art. 1.184, § 2º, do Código Civil. Em qualquer das situações, devidamente autenticado e registrado na Junta Comercial do Estado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, tomando-se por base a variação ocorrida no período o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. Considerando a regra estabelecida no art. 1.078, inc. I, do Código Civil, serão aceitos os dois períodos imediatamente anteriores ou os dois exigíveis, caso não coincidam.

b.2. quando S/A, balanço patrimonial registrado (art. 289, caput e § 5º da lei federal nº 6.404/76) e devidamente publicado no Diário Oficial da União;

b.3. quando outra forma societária, balanço acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, autenticado e registrado pelo órgão competente do Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, aplicando-se as regras do Código Civil;

b.4. Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis que deverá exprimir com clareza a situação do patrimônio da empresa e as mutações ocorridas dos respectivos exercícios sociais e comparativo, devendo conter o conjunto completo das demonstrações contábeis conforme estabelecido no Pronunciamento Contábil adotado, nos termos do art. 176, incisos I a IV, da Lei 6.404/76, além de estar assinado por contador ou por técnico em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

b.4.1. No caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, além do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, deverão ser apresentados as demais peças previstas nas Normas aplicáveis e modelos de plano de contas e demonstrações contábeis para microentidade e pequena empresa, do Conselho Federal de Contabilidade, incluindo o plano de contas e declaração da administração da entidade, caso a empresa tenha optado por outra norma, será analisado de acordo com as exigências da norma adotada.

c. O instrumento deve estar devidamente acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional - CRP, nos moldes da RESOLUÇÃO CFC nº 1.402/2012.

d. Apresentar cálculo específico dos índices contábeis assinado por profissional de contabilidade responsável inscrito no CRC, através das fórmulas mencionadas na alínea “e”;

e) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez: Corrente (LC), Seca (LS) e Imediata (LI), iguais ou maiores que 1 (um), Endividamento Total (ET) e Participação de Capitais de Terceiros (PCT) menor ou igual a 0,80, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

Pontuação deverá seguir a de referência sob pena de indeferimento da habilitação.

LIQUIDEZ CORRENTE	$\frac{AC}{PC}$	= Índice mínimo: 1,00
LIQUIDEZ SECA:	$\frac{AC - EST}{PC}$	= Índice mínimo: 1,00
LIQUIDEZ IMEDIATA	$\frac{AD}{PC}$	= Índice mínimo: 1,00
ENDIVIDAMENTO TOTAL	$\frac{PC + ELP}{AT}$	= Índice máximo: 0,80
PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	$\frac{PNC + PC}{PL}$	= Índice máximo: 0,80

Legenda:

LC - avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações a curto prazo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

LS - mede a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas a curto prazo sem risco por uma parada de vendas;

LI - expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no momento da análise sem risco algum;

ET - é capaz de demonstrar quanto do capital de uma empresa é proveniente de terceiros, e quanto é advindo dos próprios recursos;

PCT - corresponde ao percentual de capital externo que é utilizado pelas empresas para financiar sua geração de bens e/ou serviços e demais atividades;

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

EST = Estoque

ELP = Passivo exigível a longo Prazo;

AT = Ativo Total;

PT = Passivo Total;

PE = Passivo Exigível;

PL = Patrimônio Líquido;

AD = Ativo Disponível = Caixa + Equivalentes ao Caixa.

f. Justificativa da opção pelos índices:

f.1. LC - avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações a curto prazo. Conforme os mesmos autores citados, se o índice apresentar resultado superior a 1,00 (100%), a empresa tem caixa para pagar praticamente todas as obrigações a curto prazo.

f.2. LS - O índice de liquidez seca nas palavras de Assaf Neto e Lima (2009) visa extrair da análise financeira de curto prazo da empresa a baixa liquidez dos estoques e das despesas antecipadas, revelando o percentual das dívidas de curto prazo que pode ser resgatado mediante o uso de ativos circulantes de maior liquidez.

f.3. LI - O índice de liquidez imediata mostra o montante que a empresa possui em caixa para honrar suas dívidas de curto prazo (CHING, MARQUES e PRADO, 2010). Segundo Assaf Neto e Lima (2009) a liquidez imediata é determinada pela relação existente entre o disponível e o passivo circulante e, reflete a porcentagem das dívidas de curto prazo que pode ser saldada imediatamente pela empresa, por suas disponibilidades de caixa. Evidentemente quanto maior se apresentar esse índice, maiores serão os recursos disponíveis mantidos pela empresa.

f.4. ET - “Este índice mede a porcentagem dos recursos totais da empresa que se encontra financiada por capital de terceiros, ou seja, para cada \$ 1,00 de recurso investido pela empresa em seus ativos, quanto provém de fontes de financiamento não própria” (ASSAF NETO e LIMA, 2009, p. 227). De acordo com Ching, Marques e Prado (2010) quanto maior for o quociente, mais endividada estará à



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

empresa e maior será o risco de ela não pagar seus compromissos. Segundo Assaf Neto e Lima (2009), quanto maior essa relação, mais elevada a dependência financeira da empresa, revelando uma participação maior de passivos financiando seus investimentos.

f.5. PCT - Esse índice revela o nível de endividamento da empresa em relação a seu financiamento por meio de recursos próprios. Essa relação indica quanto a empresa possui de recursos de terceiros para cada unidade monetária aplicada de capital próprio, ou seja, um resultado superior a 0,80 indica maior grau de dependência financeira da empresa em relação aos recursos de terceiros. Essa análise revela o desdobramento do endividamento a curto e a longo prazo. Quando o índice varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior será a pressão no caixa de pagar os compromissos de curto prazo, já quanto mais próximo de 0, maior será a folga para a empresa honrar seus compromissos de curto prazo. Dessa forma, a empresa deve estar preocupada em honrar seus compromissos. (CHING, MARQUES e PRADO, 2010).

g) O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou superiores a 1 (um) nos índices de Liquidez: Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL), Seca (LS) e Imediata (LI), iguais ou maiores que 1 (um) e Composição do Endividamento (CE) e Participação de Capitais de Terceiros menor ou igual a 0,80, deverá ainda comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor desta contratação será estimado após pesquisa mercadológica e constará em anexo deste processo.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As informações de dotações orçamentárias constarão em anexo do processo.

Touros/RN 17 de outubro de 2025.

Edvar da Câmara França
Matrícula: 2363-2
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Pública



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

Eder Pollykarton Teixeira De Lima
Matrícula: 2171-7
Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão Pública